

RESSALVA

Atendendo solicitação da autora, o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 02/05/2023.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS



USO DO TERRITÓRIO E COMUNIDADES TRADICIONAIS:
as verticalidades do agronegócio globalizado sobre as horizontalidades do
Território Melancias, Piauí, Brasil

Bruna Henrique Albuquerque

Rio Claro - SP
2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

BRUNA HENRIQUE ALBUQUERQUE

USO DO TERRITÓRIO E COMUNIDADES TRADICIONAIS:
AS VERTICALIDADES DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO SOBRE AS
HORIZONTALIDADES DO TERRITÓRIO MELANCIAS, PIAUÍ, BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Frederico

Rio Claro - SP

2022

A345u Albuquerque, Bruna Henrique
Uso do território e comunidades tradicionais : as verticalidades do agronegócio globalizado sobre as horizontalidades do Território Melancias, Piauí, Brasil / Bruna Henrique Albuquerque. -- Rio Claro, 2022
129 f. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: Samuel Frederico

1. Geografia. 2. Geografia Humana. 3. Território Usado. 4. Comunidades Tradicionais. 5. Fronteira Agrícola. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

BRUNA HENRIQUE ALBUQUERQUE

USO DO TERRITÓRIO E COMUNIDADES TRADICIONAIS:
AS VERTICALIDADES DO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO SOBRE AS HORIZONTALIDADES
DO TERRITÓRIO MELANCIAS, PIAUÍ, BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
do Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Samuel Frederico (Orientador)
IGCE/UNESP/Rio Claro – SP

Profa. Dra. Eve Anne Bühler
IG/UFRJ/Rio de Janeiro - RJ

Profa. Dra. Martine Guibert
IPEAT/UT2J/Toulouse (França)

Conceito: APROVADO

Rio Claro - SP, 02 de maio de 2022.

Aos Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado.

AGRADECIMENTOS

Em sua obra *Pedagogia da Esperança*, Paulo Freire nos ensina que “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhado, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”. Assim, considerando também a máxima de que ninguém aprende a caminhar sozinho, gostaria de aproveitar esse espaço para agradecer a todos que me ajudaram a fazer e refazer a minha jornada no mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Samuel Frederico, pela generosidade, humanidade, compreensão e paciência, além da enorme dedicação e rigor intelectual com os quais orientou essa dissertação. Toda a minha admiração e gratidão por compartilhar o seu melhor enquanto ser humano e professor com os seus alunos.

À Profa. Dra. Martine Guibert e ao Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves, por participarem do Exame de Qualificação, contribuindo com leituras atentas e apontamentos valiosos.

Aos ribeirinhos-brejeiros do Território Melancias, meus mestres e guias nessa caminhada. Agradeço por terem me acolhido e possibilitado a realização dessa pesquisa compartilhando seus saberes e histórias de luta. Em especial ao Seu Juarez, Dona Mariquinha, Seu João, Dona Maria, Seu Jurandir, Juracir e Dona Neusa. Agradeço também aos camponeses do Assentamento Rio Preto, Morro D'Água e Brejo do Miguel, por me receberem em suas casas com todo o carinho do mundo.

À Comissão Pastoral da Terra (CPT - Regional do Piauí), que tem um papel fundamental no apoio a luta pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais do Cerrado, e que ofereceu todo o suporte para a realização dos trabalhos de campo. Agradeço, especialmente, ao Franzé e ao Altamiran.

À minha xará Bruna Bicalho, por me acolher em sua casa na Bahia e por ter aceitado me ajudar no primeiro trabalho de campo. Nunca esquecerei nossas aventuras pelas chapadas e baixões adentro.

Ao meu amigo Bruno Spadotto, pela parceria generosa que possibilitou a realização do segundo trabalho de campo e pelas trocas que foram de grande ajuda para o desenvolvimento desse trabalho.

À Vanessa Bastos, grande amiga e pesquisadora que tirou parte do seu tempo lá da Escócia para me auxiliar na obtenção das melhores imagens de satélite.

Aos funcionários da biblioteca, em especial, a Josimeire, Gislaine, Jair e Célia. A vocês todo o meu carinho e respeito por sempre serem cordiais e solícitos em atender todas minhas demandas.

Ao meu companheiro na jornada da vida Bruno Zucherato, pelo seu amor, compreensão e apoio, sempre me oferecendo o abraço mais carinhoso seja nos momentos mais felizes quanto nos mais complicados. Obrigada por compartilhar o seu valioso conhecimento cartográfico que me ajudou na elaboração dos mapas desse trabalho.

À minha mãe Siumara e à minha irmã Lívia, mulheres fortes e corajosas que me ensinaram tudo, que sempre me apoiaram e acreditaram no meu destino, permanecendo ao meu lado em todos os momentos.

À Mariana Prudenciatto, pela amizade e parceria que cultivamos desde os tempos de grupo-escola do PIBID. Sou eternamente grata pela sua confiança em abrir as portas e janelas que me permitiram atuar no mundo do editorial, pelo qual sou encantada.

Aos queridos Alexandre Magnum Leme, Carolina Reame Santos e Gean Eduardo Mauro, pela amizade sem medidas, pelos melhores momentos de descontração e pelo enorme apoio nos momentos mais necessários.

Aos meus amigos da pós-graduação, em especial, ao José Renato Ribeiro, Cecy Meira, Yuri Saweljew, Gláucia Mardegan, Yasmim Silva e Giovanna Moscatiello, por compartilharem as alegrias, descobertas e angústias da vida acadêmica.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, pela concessão da bolsa regular de mestrado que foi fundamental para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Essa dissertação se propõe a compreender as transformações do território usado pelas comunidades tradicionais decorrentes das verticalidades do agronegócio na região Sul do Piauí. Para isso, adotamos como recorte territorial a comunidade tradicional dos ribeirinhos-brejeiros do Território Melancias que resiste no baixão da Serra do Quilombo, localizada na área rural de Gilbués/PI. A partir da revisão bibliográfica sobre a temática, do levantamento e análise de dados secundários, da coleta de dados primários e informações nos trabalhos de campo, esse trabalho procurou abordar três pontos principais: a dinâmica do avanço da fronteira agrícola na região; o uso do território pela comunidade tradicional; e as consequências territoriais da presença do agronegócio para a comunidade. O avanço da agricultura moderna nessa região ocorre de forma mais acentuada, principalmente, após os anos 2000, impondo uma racionalidade que tem sido responsável por eventos verticais de apropriação, ocupação e transformação desse espaço. Esse processo, engendrado por políticas estatais aliadas aos interesses hegemônicos, subjugou os usos pretéritos dessa região que, até então, era majoritariamente ocupada por indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. De modo geral, enquanto as comunidades se estabeleceram nos fundos de vales (denominados Baixões), com lógicas de uso do território vinculadas às características naturais do Cerrado, a agricultura moderna avançou sobre as chapadas com a produção em larga escala, baseada no controle dos fatores naturais por meio das inovações técnicas e científicas, atendendo à racionalidade imposta pelo mercado financeiro. Embora ocupem áreas distintas, a proximidade com as lavouras modernas tem acarretado uma série de problemas para as comunidades, tais como a contaminação de cultivos e a disseminação de pragas, devido a pulverização aérea de agrotóxicos; e o assoreamento dos rios e brejos, causado pela aceleração dos processos erosivos, um efeito do desmatamento nas chapadas. Além disso, há um acirramento dos conflitos territoriais, resultante da apropriação ilegal das terras dos baixões pelas fazendas e empresas agrícolas, sobretudo, para a criação de áreas de Reserva Legal. Frente a isso, algumas comunidades têm se organizado e articulado com sindicatos, ONGs, universidades e organizações religiosas, para reivindicar o reconhecimento legal de seus territórios. Após diversas denúncias que atingiram repercussão internacional, o processo de regularização do Território Melancias e de outras comunidades foi iniciado com recursos do programa implementado pelo Banco Mundial. As comunidades possuem um amplo conhecimento das dinâmicas geográficas da região e a combinação de suas práticas e atividades revelam-se contrarrazionalidades que devem ser consideradas, não apenas para a sobrevivência dessas populações, mas para a manutenção da vida no Cerrado.

Palavras-Chave: Território Usado. Comunidades Tradicionais. Sul do Piauí. Conflitos territoriais. Fronteira Agrícola.

ABSTRACT

This dissertation proposes to understand the transformations of the territory used by traditional communities resulting from the verticality of agribusiness in the southern region of Piauí. For this, we adopted as a territorial cut the traditional community of the riverside dwellers-breweries of the Territory Melancias that resists in the lowlands of Serra do Quilombo, located in the rural area of Gilbués/PI. From the bibliographic review on the subject, the survey and analysis of secondary data, the collection of primary data and information in the fieldwork, this work sought to address three main points: the dynamics of the advance of the agricultural frontier in the region; the use of the territory by the traditional community; and the territorial consequences of the presence of agribusiness for the community. The advance of modern agriculture in this region occurs more sharply, mainly after the 2000s, imposing rationality that has been responsible for vertical events of appropriation, occupation, and transformation of this space. This process engendered by state policies allied to hegemonic interests subjugated the past uses of this region which, until then, was occupied by indigenous peoples, quilombolas and traditional communities. In general, while communities have established themselves in the valley bottoms (called Baixões), with logics of land use linked to the natural characteristics of the Cerrado, modern agriculture has advanced over the Chapada with large-scale production, based on the control of the factors through technical and scientific innovations, meeting the rationality imposed by the financial market. Although they occupy different areas, the proximity to modern crops has caused a series of problems for the communities, such as the contamination of crops and the spread of pests, due to aerial spraying of pesticides; and the silting up of rivers and swamps, caused by the acceleration of erosive processes, an effect of deforestation in the Chapada. In addition, there is an intensification of territorial conflicts resulting from the illegal appropriation of land in the lowlands by farms and agricultural companies, especially for the creation of Legal Reserve areas. Faced with this, some communities have organized and articulated with unions, NGOs, universities and religious organizations to claim legal recognition of their territories. After several complaints that reached international repercussion, the regularization of the Territorio Melancias and other communities started with resources from the program implemented by the World Bank. Those communities know the geographic dynamics of the region, so integrating their practices and activities indicates counter rationalities that must be considered not only for the survival of these populations but for the maintenance of life in the Cerrado.

Keywords: Used Territory. Traditional Communities. South of Piaui. Territorial conflicts. Agricultural Frontier.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Área colhida de soja (hectares), nos estados do MATOPIBA, 1980 a 2019.....	28
TABELA 2 – Número de estabelecimentos e porcentagem da área total dos estabelecimentos, município de Baixa Grande do Ribeiro/PI, 1995 e 2017.....	37
TABELA 3 – Número de estabelecimentos e porcentagem da área total dos estabelecimentos, município de Uruçuí/PI, 1995 e 2017.	38
TABELA 4 – Número de estabelecimentos e porcentagem da área total dos estabelecimentos, município de Bom Jesus/PI, 1995 e 2017	38

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Conflitos por terra na Região do MATOPIBA, 1998 a 2020.....	29
GRÁFICO 2 – Série histórica da produção de soja (mil toneladas), Piauí, (1998-2019).....	36

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Região do MATOPIBA.....	27
MAPA 2 – Evolução do avanço da soja sobre os Cerrados Piauienses	34
MAPA 3 – Localização do Território Tradicional Melancias	41
MAPA 4 – Território Tradicional Melancias, Gilbués/PI	42
MAPA 5 – Imóveis Rurais e áreas de Reserva Legal sobrepostos ao Território Melancias, Gilbués/PI.....	105
MAPA 6 – Imóveis Certificados pelo INCRA sobrepostos ao Território Tradicional Melancias, Gilbués/PI.....	111

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Bloco diagrama do avanço da monocultura de grãos nas chapadas da região do Território Melancias.....	43
FIGURA 2 – Perfil simplificado da Tipologia do Território Melancias	63

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – Casa (Esq.) e quintal (dir.) no núcleo Melancias 1, Território Melancias, Gilbués/PI.....	46
FOTOGRAFIA 2 – Visão externa (Esq.) e interna (dir.) da escola do Território Melancias, Gilbués/PI.....	47
FOTOGRAFIA 3 – O Baixão do Território Melancias entre as Serras, Gilbués/PI.....	51
FOTOGRAFIA 4 – Capela De Santa Rita De Cássia, Território Melancias, Gilbués/PI.....	52
FOTOGRAFIA 5 – Área de chapada segundo a tipologia do Território Melancias, Gilbués/PI..	55
FOTOGRAFIA 6 – Mata de rio, Território Melancias, Gilbués/PI.....	57
FOTOGRAFIA 7 – Rio Uruçuí-preto, Território Melancias, Gilbués/PI.....	59
FOTOGRAFIA 8 – Mata de Terra Firme com Roças, Território Melancias, Gilbués/PI	60

FOTOGRAFIA 9 – Veredas (Campo Limpo), Território Melancias, Gilbués/PI	61
FOTOGRAFIA 10 – Roça com Cultivo De Feijão, Território Melancias, Gilbués/PI.....	68
FOTOGRAFIA 11 – Arroz Secando dentro da casa, Território Melancias, Gilbués/PI.....	69
FOTOGRAFIA 12 – Milharal após quebra dos talos para colheita de milho seco, Território Melancias, Gilbués/PI.....	70
FOTOGRAFIA 13 – Trator utilizado pelos camponeses, Território Melancias, Gilbués/PI	72
FOTOGRAFIA 14 – Buriti, Território Melancias, Gilbués/PI.....	74
FOTOGRAFIA 15 – Fruto do Buriti.	75
FOTOGRAFIA 16 – Buritirana (Esq.) e Bacaba (Dir.), Território Melancias, Gilbués/PI.	77
FOTOGRAFIA 17 – Criação de Galinhas do Quintal, Território Melancias, Gilbués/PI	79
FOTOGRAFIA 18 – Gado Bovino Solto na Chapada, Território Melancias, Gilbués/PI.....	80
FOTOGRAFIA 19 – Roça de Pasto, Território Melancias, Gilbués/PI	81
FOTOGRAFIA 20 – Tanques escavados para piscicultura, Território Melancias, Gilbués/PI.	83
FOTOGRAFIA 21 – Roda D'água no Rio Uruçuí-Preto, Território Melancias, Gilbués/PI	84
FOTOGRAFIA 22 – Pé de Feijão (Esquerda) e Milho (Direita) doentes devido a ação da Mosca-Branca, Território Melancias, Gilbués/PI	91
FOTOGRAFIA 23 – Capim-rabo-de-raposa, Território Melancias, Gilbués/PI.....	93
FOTOGRAFIA 24 – Roça de pasto invadida pelo Capim-rabo-de-raposa, Território Melancias, Gilbués/PI.....	95
FOTOGRAFIA 25 – Voçoroca, Território Melancias, Gilbués/PI.....	98
FOTOGRAFIA 26 – Cerca entre duas fazendas no Território Melancias, Gilbués/PI	113
FOTOGRAFIA 27 – Placa colocada por uma das fazendas no Território Melancias, Gilbués/PI	114

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ALEPI	Assembleia Legislativa do Piauí
APP	Área de Proteção Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEPRO	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
COMDEPI	Companhia de Desenvolvimento do Piauí
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIAN	Food First Information and Action Network
FINOR	Fundos de Investimento do Nordeste
FISSET	Fundos de Investimentos Setoriais
GNSS	Global Navigation Satellite System
GRAIN	Genetic Resources Action International
IBDF	Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCA	Instituto Nacional de Câncer
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MATTOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MPF	Ministério Público Federal
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAM	Produção Agrícola Municipal
PDA	Plano de Desenvolvimento Agropecuário
PI	Piauí
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
POLOAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa para o Desenvolvimento do Cerrado
OLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
REDE	Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
SICAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – A verticalização do agronegócio nos Cerrados Piauienses	22
1.1. A expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado	22
1.2. A expansão da fronteira agrícola moderna no sul do Piauí	31
CAPÍTULO 2 – O território usado pela Comunidade Melancias no sul do Piauí	41
2.1. Território Tradicional Melancias	41
2.2. Tipologia do Território Melancias	49
2.3. Horizontalidades dos Baixões Piauienses.....	64
2.3.1. Agricultura	65
2.3.2. Extrativismo	73
2.2.3. Criação e manejo dos animais	78
CAPÍTULO 3 – As Verticalidades do Agronegócio sobre o Uso do Território Melancias.....	85
3.1. Consequências ambientais sobre o uso do Baixão	85
3.1.1. O uso intensivo de agrotóxicos	85
3.1.2. A proliferação de pragas no Baixão: Mosca Branca.....	89
3.1.3. A ocorrência de plantas invasoras: o Capim-rabo-de-raposa.....	93
3.1.4. Os processos erosivos e o assoreamento dos cursos fluviais.....	95
3.2. Pressões e conflitos fundiários: a luta pelo Território Melancias	100
3.2.1. O avanço da apropriação de terras sobre os Baixões.....	103
3.2.2. O Programa de Regularização Fundiária e a luta pelo território tradicional	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

As políticas estatais brasileiras de incentivo à modernização do setor agropecuário adotadas a partir da década de 1970, em conjunto com o desenvolvimento e difusão da base técnica e científica, viabilizou a implantação de um modelo de produção agrícola moderno sobre as áreas do Cerrado. Contudo, essa expansão não ocorreu sobre espaços vazios, como afirma o discurso pioneiro¹ (PEIXINHO; SCOPEL, 2009) utilizado pelo Estado. Essa região era majoritariamente ocupada por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais², que utilizavam a terra de forma comunitária para agricultura de subsistência, extrativismo, caça e criação de animais. No entanto, a lógica expansionista da agricultura moderna acirrou as disputas territoriais e afetou o modo de vida dessas populações.

A partir dos anos 2000, observa-se um rápido avanço do agronegócio globalizado (ELIAS, 2011), sobretudo, nas áreas de Cerrado localizadas na Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins, que correspondem à porção do território denominada MATOPIBA. Este cenário decorre da soma de diversos fatores como a adoção de políticas de estímulo às exportações pelo Estado brasileiro, a alta dos preços das principais commodities agrícolas no mercado internacional, o aquecimento do mercado imobiliário de terras e a presença cada vez maior de empresas agrícolas controladas pelo capital financeiro (FREDERICO, 2018).

Nesse contexto, insere-se a região sul do Piauí, também chamada de Cerrados Piauienses. A incorporação de terras pelos grandes empreendimentos agropecuários na região teve início na década de 1970, porém a ocupação em termos produtivos ocorreu apenas na década de 1990 (JESUS; FABRINI, 2017). Essa região se tornou atrativa para as empresas nacionais e multinacionais hegemônicas do setor agropecuário devido à grande quantidade de terras

¹ O discurso do pioneirismo se baseia na ideia de que “nada existia antes da chegada dos que agora estão se instalando” (PEIXINHO; SCOPEL, 2009, p.102)

² A definição de Comunidades Tradicionais adotada aqui coincide com a estabelecida pelo Decreto 6.040/07, de 7 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Em seu artigo primeiro define “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

potencialmente produtivas e a preços relativamente baixos, à disponibilidade de mão-de-obra barata e aos incentivos fiscais e financeiros dos governos federal e estadual (REYDON; MONTEIRO, 2006). Com isso, a agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000) tem se consolidado e expandido na região com maior velocidade, sobretudo, com crescimento das áreas plantadas de soja e milho, causando diversas transformações no território e afetando as populações camponesas³ (MORAES, 2000; ALVES, 2009, 2017; CAMPOS, 2015).

As sociedades tradicionais⁴ estão presentes nos Cerrados Piauienses desde tempos imemoriais (ALVES, 2009), mas são constantemente ignoradas pelo poder público em seus projetos de integração e ocupação que descrevem a região como um vazio demográfico. Na década de 1980, o governo piauiense passou a adotar diversas estratégias para atrair a instalação de novos grupos de produtores, sobretudo na região sul do estado. Para isso, além dos incentivos fiscais e da instalação de infraestruturas, elaborou uma série de publicações com estudos preliminares sobre as potencialidades do Cerrado para o projeto de exploração agrícola, tido como moderno, tecnificado, racional e focado no grande empreendimento empresarial (CEPRO, 1992), porém sem mencionar as populações camponesas.

Assim como nas outras áreas de avanço da produção agrícola moderna, a apropriação de terras no sul do Piauí é marcada pelo caráter concentrador de propriedades e pela grande quantidade de irregularidades devido à ampla utilização dos mecanismos de grilagem. Além disso, o modelo de produção da agricultura moderna, caracterizado pela supressão da vegetação nativa para a instalação de monoculturas com uso intensivo de insumos químicos, tem acarretado uma série de problemas para as sociedades tradicionais, envolvendo a expropriação de terras e a degradação da sua base de recursos (VAN DER PLOEG, 2009) essenciais para a sua subsistência.

O Cerrado é um dos grandes domínios morfoclimáticos brasileiros (AB'SABER, 2003) caracterizado pela presença de grandes planaltos, chamado

³ O trabalho não tem a pretensão de adentrar no complexo campo de pesquisa acerca da definição do campesinato. Contudo, adota-se aqui o conceito de camponês como grupo sócio-econômico constituído por pequenos produtores que cultivam a terra com mão-de-obra familiar visando primeiramente a sua subsistência e que comercializa o seu excedente.

⁴ Optou-se por utilizar o termo sociedades tradicionais, em seu sentido mais amplo, para designar povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

de chapadões ou chapadas, intercalados por vales úmidos. Essa característica evidencia como tem se estabelecido a sobreposição de arranjos produtivos (ELIAS, 2006) nos Cerrados Piauiense. De modo geral, as sociedades tradicionais se estabeleceram ao longo dos vales úmidos, devido ao fácil acesso a água e a presença de solos férteis, o que possibilita a agricultura de subsistência e a criação de animais. Já a agricultura moderna avançou prioritariamente sobre as chapadas, por apresentarem relevo aplainado, o que facilita a mecanização da produção em larga escala. Dessa forma, tem-se a coexistência de diferentes divisões do trabalho e de um território usado de forma diversa e contraditória.

A ideia de território usado proposta por Santos e Silveira (2001) é fundamental na perspectiva teórica deste trabalho. O território usado é o território de todos os agentes e não apenas o espaço dos agentes hegemônicos da política e da economia (SANTOS, 1994), isto é, uma "arena onde atores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações" (SILVEIRA, 2011, p. 5). O acúmulo de velhas e novas formas de divisão social e territorial do trabalho, ou seja, a articulação solidária e contraditória entre as formas materiais, naturais e socialmente produzidas, e sócio-políticas, a cada período histórico, indica como o território é usado (SILVEIRA, 2008). Assim, os diferentes usos do território revelam as diversas ações dos agentes territoriais, uma vez que estes possuem interesses e forças desiguais, o que leva a conformar as desigualdades em seu conteúdo material. Como resultado, as injustiças e os conflitos no uso do território são revelados por estas desigualdades.

No uso do território dos Cerrados Piauienses observa-se duas lógicas contraditórias, de um lado a agricultura de subsistência das sociedades tradicionais e, de outro, uma agricultura intensiva em capital e tecnologia, em grandes propriedades e destinadas majoritariamente à exportação (FREDERICO, 2010). Para compreender essa contradição, o trabalho baseou-se nas noções de horizontalidades e verticalidades propostas por Milton Santos (1996). Este par dialético permite analisar de forma indissociável a relação contraditória da materialização dos eventos nos lugares.

Nessas condições, as verticalidades aparecem como vetores da modernidade mais moderna, transportadores de uma racionalidade superior, veículos do discurso pragmático dos setores hegemônicos. As ações racionais, dando-se sobre um espaço tornado racionalizado pela presença de objetos tão estritamente fabricados para dar resposta às suas exigências, criam um cotidiano obediente e disciplinado. Quanto às horizontalidades tanto elas podem ser o lugar da finalidade imposta de fora, de longe ou de cima, quanto o da contrafinalidade. Neste caso, elas são o palco de um cotidiano conforme, mas não conformista, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 1996, p. 105)

As verticalidades criam interdependências entre diferentes lugares de forma hierárquica visando gerar um cotidiano obediente à racionalidade política e econômica hegemônica. Segundo Santos (2006), “nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício” (p. 287). Nesse sentido, as verticalidades se concretizam no avanço da fronteira agrícola quando grandes produtores e empresas agrícolas financeirizadas se apropriam de terras devolutas, públicas e das sociedades tradicionais através de especulação imobiliária, expropriação, desmatamento e incentivo de políticas governamentais.

No entanto, muitas sociedades tradicionais ainda resistem nos interstícios das vastas lavouras modernas que avançam sobre o Cerrado. De acordo com Matos e Pessoa, (2011),

é necessário apreender que há uma relação dialética e contraditória entre o capital e o espaço agrário. Ao mesmo tempo em que se tem uma racionalidade única de produção, isto é, do capital, criam-se irracionalidades, sobretudo, por aqueles que são excluídos socialmente, que se contrapõem à racionalidade do capital. Ao invés de se submeterem à força de trabalho, às explorações dos capitalistas, muitos trabalhadores preferem lutar pela reconquista de um pedaço de terra, contrariando a lógica do sistema capitalista (p. 295).

As horizontalidades não dizem respeito somente à manutenção do cotidiano das comunidades, mas também são resultantes da resistência e luta destas pela permanência em seus territórios e pelos seus modos de vida. Segundo Brandão e Leal (2012), as comunidades tradicionais são “aquelas que

"ali estavam" quando outros grupos "ali chegaram" e se estabeleceram. Além disso, a primeira característica destas comunidades não está tanto em sua tradicionalidade, mas na sua autonomia, autoctonia e cultura de resistência

Assim sendo, elas não são tradicionais porque aos olhos de quem chega opõem-se ao que, segundo "eles" é: moderno. São tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, porque são antigos, resistentes anteriores. Porque possuem uma tradição de memória de si mesmo em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem "chega de fora". (BRANDÃO; LEAL, 2012, p. 85)

Apesar destas racionalidades distintas e contraditórias, tanto as comunidades quanto os produtores do agronegócio globalizado conformam a mesma horizontalidade, isto é, o mesmo cotidiano.

Diante desse contexto de conflito e expropriação territorial surgiu a necessidade de uma articulação que, além das próprias comunidades, envolve organizações e entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que as apoiam e assessoram na luta para assegurar sua reprodução através do reconhecimento de seus territórios tradicionais⁵.

Entre as sociedades tradicionais que tem se organizado e resistido no Sul do Piauí, destaca-se o Território Melancias. Essa comunidade tradicional de ribeirinho-brejeiros está localizada no vale úmido da Serra do Quilombo, no município de Gilbués/PI. Constituída a partir de diferentes movimentos migratórios (INTERPI, 2018), a comunidade ocupa o território há pelo menos 120 anos. Assim como outras inúmeras sociedades tradicionais da região, não tinham a preocupação em garantir documentos de titularidade da terra até a instalação das fazendas monocultoras na região, quando começaram a receber ameaças de expropriação e ter acesso limitado aos recursos que antes utilizavam de forma livre e comunal. Com isso, a luta pelo reconhecimento e regularização do território passou a ser elemento central da comunidade. Além disso, as consequências ambientais decorrentes da presença da agricultura moderna também têm comprometido o uso do território pela comunidade.

⁵ O decreto nº 6040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades, estabelece que "Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária" (BRASIL, 2007).

Diante disso, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados, este trabalho tem como objetivo compreender como o uso do Território Melancias tem sido transformado em decorrência das verticalidades impostas pelo avanço da agricultura moderna na região. Para tanto, o trabalho comportou a abordagem de três aspectos principais: a) o processo de avanço agricultura moderna sobre os Cerrados Piauienses; b) como o território é usado pela comunidade tradicional do Território Melancias; c) as consequências da presença da agricultura moderna sobre o uso do território da comunidade.

Desse modo, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, buscou-se analisar o avanço da agricultura moderna sobre as áreas do Cerrado, com ênfase na região Sul do Piauí. Para isso, é apresentada uma periodização hierarquizando os principais eventos que propiciaram o ritmo e a direção do avanço da fronteira agrícola moderna. Depois, analisa-se como os Cerrados Piauienses se inserem e se diferenciam nesse contexto de expansão, bem como esse movimento estabeleceu a coexistência de diferentes temporalidades e usos do território na região.

O segundo capítulo se propõe a compreender o uso do território pelas sociedades tradicionais que ainda resistem nos vales úmidos do Sul do Piauí, a partir do diálogo entre os saberes locais e os saberes científicos. Dessa forma, primeiramente buscou-se caracterizar e localizar o Território Melancias, adotado como recorte territorial do trabalho. Em seguida, é apresentada uma tipologia do território baseada na classificação e nas nomenclaturas utilizadas pelos ribeirinhos-brejeiros para discriminar os diferentes terrenos e determinar suas potencialidades de uso. Ademais, esse saber local é associado às definições de alguns conceitos geomorfológicos (GUERRA; GUERRA, 2011) e à classificação das fitofisionomias do Cerrado proposta por Ribeiro e Walter (2008).

Porto-Gonçalves (2019) destaca o potencial deste diálogo de saberes para desconstruir o equivocado imaginário moderno-colonial construído sobre o Cerrado. Ao utilizar discursos que apontam um vazio demográfico, este imaginário ignora as populações tradicionais dessas regiões para legitimar a ocupação pela agricultura moderna. Segundo o autor, a partir deste diálogo "logramos vislumbrar com mais clareza as tantas riquezas dos Cerrados e o quanto os saberes de seus povos convergem com o conhecimento científico comprometido com a desconstrução da colonialidade do saber do poder.

Posteriormente, são apresentadas as principais atividades e práticas exercidas no Território Melancias e, assim, evidencia-se como a diversidade dos aspectos naturais influenciam os diversos usos que os ribeirinhos-brejeiros fazem dele. A partir disso, propõe-se uma topologia do território com o intuito de contribuir, não apenas para o conhecimento da rica biodiversidade do Cerrado, mas sobretudo para o reconhecimento dos saberes locais e para legitimação das reivindicações das sociedades tradicionais frente as transformações impostas pela presença da agricultura moderna na região.

Por fim, o terceiro capítulo dedica-se à análise dos problemas que as sociedades tradicionais do Cerrado passaram a enfrentar devido ao avanço das fazendas monocultoras de grãos na região. Para tal, a primeira parte se propõe a focar nas consequências ambientais, como a propagação de pragas devido o uso excessivo de insumos químicos e o assoreamento dos rios causado pela erosão nas escarpas das chapadas intensificadas pelo desmatamento. Na segunda parte são abordadas as consequências relacionadas aos conflitos por terra e a luta pelo reconhecimento do Território Melancias.

Metodologia

Para elaboração dessa dissertação, além da pesquisa bibliográfica, foram utilizados dados primários (obtidos nos trabalhos de campo) e dados secundários (IBGE, SICAR, SIGEF, CPT, MapBiomas, entre outros). Primeiramente, foi realizada a revisão bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses para interpretação e sistematização dos conceitos teóricos envolvidos na pesquisa.

A partir da realização de leituras, buscou-se o embasamento sobre a incorporação de terras das áreas de Cerrado pela agricultura moderna, particularmente na região Sul do Piauí. O intuito era compreender os fatores e agentes envolvidos no avanço da fronteira agrícola, além das particularidades e as consequentes transformações desse processo nos Cerrados Piauienses, sobretudo, para as comunidades tradicionais. Ademais, foram coletados e analisados dados relativos ao avanço das lavouras modernas, notadamente da soja (MapBiomas), além da série história da produção e área plantada das

principais commodities agrícolas (PAM/IBGE) e do número de conflitos no campo (CPT) nos Cerrados Piauienses.

Com a cooperação da CPT (Regional Piauí), foram realizados dois trabalhos de campo no Território Melancias, por se tratar do recorte territorial da pesquisa⁶. O primeiro trabalho de campo ocorreu entre os dias 23 de abril e 1 de maio de 2019. Nesta ocasião foram realizadas entrevistas semidirigidas (LAVILLE; DIONNE, 1999) com os ribeirinhos-brejeiros com o objetivo de compreender a dinâmica e organização do território pela comunidade, bem como as transformações causadas pelo avanço das lavouras modernas na região. Também foram coletados pontos pelo Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS) em locais apontados pelas lideranças, com o intuito de identificar o perímetro do território tradicional reivindicado, a localização dos núcleos da comunidade e as áreas que foram impedidos de criar gado e abrir roças devidos aos conflitos territoriais.

A partir dos dados e informações obtidas neste primeiro campo foi possível estabelecer um diálogo entre os saberes vernaculares (PORTO-GONÇALVES, 2019) da comunidade e o conhecimento acadêmico. Para isso, propomos uma tipologia e uma topologia do território baseadas na classificação e nas nomenclaturas utilizadas pelos ribeirinhos-brejeiros associadas à classificação das fitofisionomias do Cerrado proposta por Ribeiro e Walter (2006) e as definições geomorfológicas organizadas por Guerra e Guerra (2011). Além disso, os dados obtidos com GNSS possibilitaram a elaboração das primeiras representações cartográficas do Território Melancias.

O segundo trabalho de campo foi realizado entre os dias 2 e 10 de março de 2019. O intuito era complementar os dados e informações sobre a organização e a dinâmica do território obtidos no primeiro campo. Outro importante objetivo era a validação das representações cartográficas junto a comunidade. Nessa ocasião, os ribeirinhos-brejeiros indicaram que a orientação para Sul fornecia uma melhor referência espacial para os mapas da região. Com isso, decidimos elaborar os mapas do Território Melancias com a orientação para o Sul. Nesse sentido, tomamos como base Harley (2005) que afirma que a

⁶ Além do Território Melancias, passamos por outras comunidades tradicionais da região como o Assentamento Rio Preto, o Morro D'água e o Brejo do Miguel.

desomogeneização da cartografia passa pelo processo de empoderamento dos interessados na informação cartográfica.

Os trabalhos de campo foram fundamentais para compreender e representar a lógica de uso do território dos ribeirinho-brejeiros do Território Melancias, assim como as suas reivindicações pelo reconhecimento legal enquanto território tradicional e as transformações provocadas pela presença da agricultura moderna na região. Entre as consequências ambientais, destaca-se a proliferação de novas pragas e contaminação de cultivos agrícolas causadas pelo uso de agrotóxicos nas fazendas vizinhas, e o assoreamento dos brejos e rios causados pelo desmatamento nas chapadas. Além disso, os ribeirinho-brejeiros relataram inúmeros conflitos e pressões de fazendas que avançaram sobre o território e que passaram a impedir o uso de algumas áreas para a abertura de roças e criação de gado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas adotadas pelo Estado Brasileiro a partir da década de 1970, conjuntamente com o desenvolvimento e difusão da base técnica e científica, impulsionaram a expansão da agricultura moderna sobre as áreas do Cerrado. Na região Sul do Piauí essa verticalização do agronegócio (ALVES, 2015) é acentuada, sobretudo, após os anos 2000, configurando-se como uma região em que a agricultura científica globalizada (SANTOS, 2000) tem se consolidado e expandido com maior velocidade. Contudo, esse avanço priorizou os interesses dos agentes hegemônicos, impondo uma racionalidade que tem sido responsável por eventos verticais de apropriação, ocupação e transformação dessa região que até então era predominantemente ocupada por comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

Essas populações ocupam os Cerrados Piauienses desde tempos imemoriais (ALVES, 2009), estabelecendo-se historicamente sobre as áreas dos fundos de vale, devido ao acesso facilitado à água e à presença de solos agricultáveis. Ao longo dos séculos de ocupação, desenvolveram um conhecimento amplo das dinâmicas geográficas que existem neste bioma (MAZZETO SILVA, 2012), resultando em uma combinação de práticas agrícolas, criação de animais e extrativismo, que envolvem grande dependência dos ciclos biológicos e recursos naturais (DIEGUES, 2008). Contudo, esses saberes vernaculares (PORTO-GONÇALVES, 2019) foram subjugados no processo de avanço da agricultura moderna sobre a região, afetando social e ambientalmente essas sociedades tradicionais.

Diante disso, essa dissertação buscou analisar as transformações no uso do território das comunidades tradicionais devido à presença da agricultura moderna na região Sul do Piauí. Para isso, a pesquisa se desenvolveu a partir do caso do Território Melancias, uma das muitas comunidades tradicionais piauienses que resistem nos vales úmidos entre os planaltos que foram intensamente ocupados pelas lavouras modernas. Devido aos problemas ambientais e conflitos territoriais consequentes da implantação da agricultura moderna, a comunidade passou a se organizar e se articular com outras comunidades e, com apoio de organizações como a CPT, tem lutado pelo reconhecimento legal de seu território.

A realização dos trabalhos de campo e das entrevistas semiestruturadas com os ribeirinhos-brejeiros foi fundamental para compreender os usos do território dentro do Baixão, pois disso possibilitou o diálogo entre e os saberes locais e os saberes científicos (PORTO-GONÇALVES, 2019). A partir da proposta de uma tipologia do território baseada nas nomenclaturas e na classificação utilizada pelos camponeses, também identificamos denominações que não coincidem com a definição adotada no campo acadêmico. Esse é o caso das áreas da fitofisionomia de Campo limpo que a comunidade denomina como Veredas, e as áreas de chapada que, para o Território Melancias, corresponde as áreas dentro e fora do baixão caracterizada pela presença do capim agreste.

Ao apresentar a topologia do território com as principais práticas e atividades exercidas no Território Melancias, evidenciamos como essa dinâmica do uso do território está estreitamente associada aos aspectos naturais da região. A área reivindicada pelos ribeirinhos-brejeiros é de aproximadamente 15 mil hectares, o que sem considerar a escassez das áreas propícias para a agricultura e veredas necessárias para criação de gado, pode parecer muito para as cerca de 50 famílias que vivem na comunidade. Portanto, esse aspecto é muito importante para compreender a necessidade dessa extensão territorial para a manutenção das sociedades tradicionais no Cerrado.

A proximidade com as fazendas monocultoras de grãos instaladas nas chapadas tem acarretado uma série de problemas ambientais que comprometem a reprodução das comunidades tradicionais. Entre estes destaca-se a contaminação de cultivos agrícolas e da água pela pulverização aérea de agrotóxicos, o que além de colocar a saúde dos camponeses em risco, também causa um desequilíbrio ecológico resultando em novas pragas como a mosca-branca e o capim-rabo-de-raposa. Ademais, o desmatamento próximo às encostas tem acelerado o processo erosivo nas escarpas provocando o assoreamento dos rios e áreas brejosas, o que provoca a mortandade de peixes e redução da produção dos buritis.

Além disso, o avanço da agricultura moderna na região também é acompanhado por um acirramento de conflitos territoriais. Inicialmente as tentativas de grilagem e apropriação de terras no Sul do Piauí priorizaram as áreas das chapadas. Porém, recentemente passaram a avançar sobre os baixões com o intuito de se apropriar dessas terras para criação de Reserva

Legal. Desse modo, a partir da análise dos dados disponibilizados pelo SICAR é possível constatar uma grande quantidade de cadastros de áreas de reserva legal que se sobrepõem aos territórios das comunidades tradicionais, como é o caso do Território Melancias.

Essa apropriação verde (SAUER e BORRAS JR., 2016) tem resultado em um grande aumento dos conflitos. Os ribeirinho-brejeiros relataram que, devido às constantes ameaças de expropriação, passaram a ser impedidos de ter acesso a algumas áreas e recursos dentro de seu território que são fundamentais para garantir sua subsistência. Nesse sentido, destacam a perda do acesso a áreas de veredas (campo Limpo) que já são naturalmente escassas dentro do baixão e possuem grande importância para a criação do gado.

Apesar dos problemas ambientais e conflitos por terra decorrentes do rápido avanço da agricultura moderna na região, muitas comunidades tradicionais ainda resistem e se reproduzem nos baixões do Sul do Piauí. Nesse sentido, a articulação entre as comunidades e a atuação da CPT se mostram fundamentais na luta pelo território. Os agentes da CPT oferecem apoio moral e jurídico para as comunidades e, através da realização de reuniões, orientam as comunidades acerca de seus direitos. A CPT também possui uma atuação importante na divulgação de denúncias dos conflitos e violências no campo, além de levarem as reivindicações das comunidades à justiça.

Após receber denúncias que tiveram repercussão internacional, o “Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social” financiado pelo Banco Mundial, passou a destinar parte dos recursos para a regularização dos territórios ocupados por algumas comunidades tradicionais, entre estas o Território Melancias. Assim, em 2018, o INTERPI deu início ao processo de regularização do Território Melancias, porém a grande quantidade de matrículas de imóveis rurais que se sobrepõem a área reivindicada pelos ribeirinhos-brejeiros tem dificultado muito esse processo.

Os usos pretéritos do Cerrado continuam sendo desconsiderados pela ação e discurso dos agentes do agronegócio que, a partir dos principais meios midiáticos, afirma-se como uma racionalidade superior, isto é, como o caminho mais eficiente para impulsionar a economia brasileira. No entanto, conforme assinala Porto-Gonçalves (2019), ao passo que produz cada vez mais toneladas de commodities para exportação, o modelo de produção agrícola moderno

produz muita riqueza para poucos, acentua as violências para as populações camponesas e gera destruição ambiental para todos, mesmo que de forma desigual entre os diferentes grupos e classes sociais. Frente a isso, muitas comunidades tradicionais ainda resistem nos interstícios das grandes lavouras modernas protagonizando as lutas pelo direito de habitar os territórios que garantem a sua sobrevivência. Estas comunidades apresentam um profundo conhecimento dos diferentes ecossistemas do bioma e seu modo de vida revela as possibilidades de produzir de forma sustentável, a partir de uma grande diversidade de racionalidades que se mostram como caminhos seculares para manutenção da vida no Cerrado.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABRASCO. **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- AGUIAR, T. J. A.; MONTEIRO, M. do S. L. Modelo Agrícola e Desenvolvimento Sustentável: a ocupação do Cerrado Piauiense. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 2, 2005.
- ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da Fronteira Agrícola Brasileira. **Agrária**, n. 2, p. 40–68, 2005.
- ALVES, V. E. L. A presença das grandes empresas do agronegócio nos cerrados nordestinos: o caso da Bunge Alimentos no sul do Piauí. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 2, p. 241–261, 2012.
- ALVES, V. E. L. **Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses: Formação Territorial no Império do Agronegócio**. 320 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ALVES, V. E. L. Modernização agropecuária, ruptura e permanência do modo de vida camponês nos cerrados do sul do Piauí. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 77, p. 7–28, 2017.
- ALVES, V. E. L. O Mercado de Terras nos Cerrados Piauienses: Modernização e Exclusão. **Revista Agrária**, n. 10/11, p. 73–98, 2009.
- BANDEIRA, W. J. **Os Programas e Projetos Governamentais e seus Efeitos sobre a Estrutura Agrária Piauiense no Pós-70**. Tese (Doutorado em Economia. 490 f. 1993. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1993.
- BARCELOS, I; BARROS, C. Crime e grilagem com uso do CAR. **Agência Pública**, 2 ago. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/crime-e-grilagem-com-uso-do-car/>>.
- BERNARDES, J. A. Fronteiras da agricultura moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Org.). **Geografias da Soja II**. A territorialidade do Capital. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. p. 13–39
- BÔAS, G. L. V. Manejo Integrado de Mosca-Branca. **Embrapa Hortaliças- Comunicado Técnico** (INFOTECA-E). Brasília, DF: [s.n.] 2005. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/779132/1/cot30.pdf>>.

BOCHNER, R. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 73-89, 2007.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Dataluta**, v. 45, p. 1-21, 2011.

BRASIL. Decreto nº 8.447, de 6 de janeiro de 2015. **Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e A Criação de Seu Comitê Gestor**. Brasília, 2015.

BRASIL. Decreto 6.040/07, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 maio 2012.

BRASIL. **Lei Nº 7.802 de 11 de julho de 1989**. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção ea fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1989.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. **Projeto RADAM BRASIL**. Parte da folha SC.23 Rio São Francisco e SC.24 Aracaju: geologia, geomorfologia, solos, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Goiás. **Recomendação nº 2017**. Goiânia, 12 dez, 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pi/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-matopiba>>.

BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21**: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília - DF: Embrapa, 2014.

CAMPELO, L. Cadastro Ambiental é usado para legalizar grilagem na Ilha de Marajó. **Brasil de Fato**. [S.l.] 12 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/12/cadastro-ambiental-e-usado-para-legalizar-grilagem-na-ilha-de-marajo>>.

CAMPOS, N. J. Populações tradicionais e formas de uso comum. Transformações atuais em áreas de fronteiras agrícolas. In: ALVES, V. E. L. (Org.). **Modernização e regionalização nos Cerrados Centro-Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 165–197.

CAZULA, L. P. **O Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas estratégias de grilagem de terras na Amazônia: o caso da gleba Pacoval, Pará.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15102021-214354/publico/2021_LeandroPansonatoCazula_VCorr_V1.pdf>.

COLAÇO, T. L.; SPAREMBERGER, R. F. L. Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica. 2010. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 1, n. 1, p. 207-230, 2010.

COMDEPI. Companhia de desenvolvimento do Piauí. **Estudo de viabilidade para aproveitamento hidroagrícola do vale do rio Uruçuí Preto.** Teresina, 2002.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil.** Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2000 a 2020.

CPT. **Nota Pública: no cerrado, polícia expulsa moradores da terra onde produzem.** 08 de nov. 2019. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4988-nota-publica-no-cerrado-policia-expulsa-moradores-da-terra-onde-produzem>>.

DALLABRIDA, P; FERNANDES, S. Terras em 297 áreas indígenas estão cadastradas em nome de milhares de fazendeiros. **De olhos nos ruralistas.** [S. L.] 27 out. 2020. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/27/terras-em-297-areas-indigenas-estao-cadastradas-em-nome-de-milhares-de-fazendeiros/>>.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:** mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DINIZ, B. P. C. **O grande Cerrado do Brasil Central:** Geopolítica e economia. 2006. 231 p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. *In:* ELIAS, D., PEQUENO, R. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza, 2006. p. 25-83,

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153–167, 2011.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura:** a região de Ribeirão Preto/SP. Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ELOY, L.; CARVALHO, I. S. H. DE; FIGUEIREDO, I. Sistemas Agrícolas Tradicionais no Cerrado: Caracterização, Transformações e Perspectivas. In: SANTILLI, J.; BUSTAMANTE, P.; BARBIERI, R. L. (Org.) **Biodiversidade e Agroecologia**. Coleção Transição Agroecológica. Brasília: ABA /Embrapa, 2017. p. 129–164.

EMBRAPA (Brasília - DF). Ageitec - Agência Embrapa de Informação Tecnológica. **Buriti**. 2019. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agroenergia/equipe_editorial.html>.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of peasant studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y9pvgk6z>>.

FOLGADO, C. A. R. Agrotóxicos e Estado de Exceção: a Suspensão da Legislação de Agrotóxicos em Atenção aos Interesses do Agronegócio. In: SOUZA FILHO, C.F. M. de, JOCA, P. M.; MILÉO, B. A. P.; ARAÚJO, E. F. de; MOREIRA, E. M.; QUINTANS, M. T. D. (Org.). **Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais**. Brasília -DF: Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais, p. 568 – 587, 2015.

FRAGÃO, L. Grileiros usam cadastro ambiental do governo para tomar 18,6 milhões de hectares na Amazônia. **Revista Fórum**, [S.l.] 11. mai. 2021. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/brasil/grileiros-usam-cadastro-ambiental-do-governo-para-tomar-186-milhoes-de-hectares-na-amazonia/>>.

FREDERICO, S. Agronegócio e dinâmica territorial brasileira no início do século XXI. In: IV Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. **Estudios Territoriales**. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014. ISBN: 978-85-7506-232-6. p. 2134-2154.

FREDERICO, S. Economia Política do Território e as forças de dispersão e Concentração no Agronegócio Brasileiro. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 68–94, 2015.

FREDERICO, S. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas de cerrado. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 34, p. 46–61, 2013.

FREDERICO, S. **O Novo do Tempo do Cerrado**: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2009. 273 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 2009.

FREDERICO, S. **Território, Capital Financeiro e Agricultura**: Land Grabbing e Fronteira Agrícola no Brasil. 2018. 253 f. Tese (Livre-Docência), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Geografia. Universidade

Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP - Campus de Rio Claro - SP, 2018.

FREDERICO, S.; ALMEIDA, M. C. DE. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA. **Revista Nera**. Dossiê, v. 22, n. 47, p. 123–147, 2019.

FREDERICO, S.; BÜHLER, E. A. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no oeste da Bahia. In: ALVES, V. E. L. (Org.) **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 199–225.

GODOI, E. P. DE; MENEZES, M. A. DE; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em: <www.mda.gov.br>.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. DA. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo Dicionário Geológico Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAJI, F. N. P.; LIMA, M. F.; ALENCAR, J. A. DE. **Histórico sobre mosca branca no Brasil**. Santo Domingo, República Dominicana: Programa Nacional de Manejo Integrado de Plagas, 1997. p. 5–8.

HARLEY J. B. La nueva naturaleza de los mapas. **Ensayos sobre la historia de la cartografía**. Comp. Laxton Paul. Distrito Federal, México: Fondo de Cultura Económica, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4262/426252094013.pdf>>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INCA. Instituto Nacional de Câncer. **Exposição no trabalho e no ambiente: Agrotóxico**, 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>. Acesso em: 07 mai. 2020.

ISA. **Tentativa de regularizar terras com CAR causa polêmica**. [S.l.] 17 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/tentativa-de-regularizar-terras-com-car-causa-polemica>>.

ISA. **Oito anos após criação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) ainda viola direitos quilombolas.** [S.l.] 19 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/oito-anos-apos-criacao-cadastro-ambiental-rural-car-ainda-violou-direitos-quilombolas>>.

JESUS, A. D. DE; FABRINI, J. E. Barbárie e modernidade na expansão do agronegócio nos Cerrados Piauienses. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** - Seção Três Lagoas - MS, v. Ano 14, n. 25, p. 94–116, 8 maio 2017. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/3849>>.

LIMA, I. M. DE M. F. Relevô Piauiense: uma proposta de classificação. **Carta CEPRO**, v. 12, n. 2, p. 55–84, 1987a. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/308696661>>.

LIMA, L. H. C. et al. **Identificação de Populações de Mosca Branca Bemisia spp. (hemiptera, aleyrodidae) Coletadas no Paraguai.** Brasília - DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. (Comunicado Técnico 72), 2002.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida.** Rio de Janeiro - RJ: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gabinete do Ministro. **Instrução Normativa Nº 2**, de 3 de janeiro de 2008. Aprova as normas de trabalho da aviação agrícola, em conformidade com os padrões técnicos operacionais e de segurança para aeronaves agrícolas, pistas de pouso, equipamentos, produtos químicos, operadores aeroagrícolas e entidades de ensino. Diário Oficial da União, 4 jan. 2008.

MAPBIOMAS. **Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil** – Boletim Biomas: Cerrado ago/2018 a set/2019. 2019. Disponível em: <<http://plataforma.alerta.mapbiomas.org/boletim/bioma>>.

MARTINS, F. P.; SALGADO, A. A. R.; CARMO, F. F. A legislação brasileira e sua adequação a realidade na proteção ambiental das chapadas: reflexões iniciais. **Revista Geonorte**, v. 5, n. 23, p. 36–40, 2014.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização" em rede".** São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

MAZZETTO SILVA, C. E. Territorialidades Camponesas Do Cerrado - O Saber Gerado a Partir Do Conhecimento Local. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1–35, 2012.

MIRANDA, R. de S. **Ecologia política da soja e processos de territorialização no sul do Maranhão.** 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

MONTEIRO, M. DO S. L. **Ocupação do cerrado piauiense**: estratégia empresarial e especulação fundiária. 2002. 227p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000, 431 p.

MORAES, M. D. C. de Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOU, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo - SP: Editora UNESP, 2009.

MORAES, M. D. DE C. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. 2000. 481 f. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

MOREIRA, H. J. DA C.; BRAGANÇA, H. B. N. **Manual de Identificação de plantas infestantes**. São Paulo: FMC Agricultural Products, 2011.

MPF obtém decisão que suspende grilagem de terras em Gilbués. **Cidade Verde**, [S.], 02 set. 2020. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/331502/mpf-obtem-decisao-que-suspende-grilagem-de-terras-em-gilbues>>.

PEIXINHO, D. M.; SCOPEL, I. A territorialização da agricultura moderna no Piauí. **A territorialidade do capital**: geografias da soja II. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009. p. 89–113.

PIAUI. **Lei nº 4.859, de 27 de agosto de 1996**. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de dispensa do pagamento do ICMS para empreendimentos industriais e agroindustriais, estabelecidos no Estado do Piauí, e dá outras providências. Diário Oficial Estadual, Teresina, PI, 1996.

PIRES, M. O. Programas agrícolas na ocupação do Cerrado. **Sociedade e cultura**, v. 3, n. 1–2, p. 111–131, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Dos Cerrados e de suas riquezas**: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019. Disponível em: <<http://www.povosdocerrado.org.br/?p=12>>.

QUEBRA na safra de soja do Matopiba deve ficar em 12%. **Canal Rural**, [S.] 23 de mar. de 2016. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/projeto-soja-brasil/quebra-na-safra-de-soja-do-matopiba-deve-ficar-em-12/>>.

REYDON, B. P.; MONTEIRO, M. de S. L. A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária. In: REYDON, B. P.; CORNÉLIO, F. N. M. (Org.). **Mercados de Terras no Brasil** - Estrutura e Dinâmica. Brasília: NEAD, 2006, p. 95-121.

RIBEIRO, J. F.; WALTER, B. M. T. As principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: RIBEIRO, J. F.; ALMEIDA, S. P. DE; SANO, S. M. (Org.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília - DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. v. 1. p. 152–212.

RIGONATO, V. D. **O modo de vida das populações tradicionais e a inter-relação com o Cerrado da microrregião da Chapada dos Veadeiros: O distrito de Vila Borba**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

RIGONATO, V. D. **Por uma geografia de/em transição: r-existência e (re)habitação dos geraizeiros no médio vale do rio Guará, São Desidério, BA**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

ROCHER, J. Lagarta exige raio X da lavoura a cada dois dias no Piauí. **Gazeta do Povo**, 27 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/expedicoes/expedicao-safra/2014-2015/diario-de-bordo/lagarta-exige-raio-x-da-lavoura-a-cada-dois-dias-no-piaui-9b1rivnvtczkmzvj3x74vrq7/>>.

RONDA, E. *et al.* Association between congenital anomalies and paternal exposure to agricultural pesticides depending on mother's employment status. **Journal of occupational and environmental medicine**, v. 47, n. 8, p. 826–828, 2005. Disponível em: <https://journals.lww.com/joem/fulltext/2005/08000/Association_Between_Congenital_Anomalies_and.8.aspx>.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAUER, S.; BORRAS Jr., S. “Land grabbing” e “Green grabbing”: Uma leitura da corrida na produção acadêmica sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016.

SAWELJEW, Y. M. **Capital financeiro e Land Grabbing: o uso das técnicas da informação para a captura da renda da terra.** 2019. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro - SP, 2019.

SILVA, A. DE S.; SUERTEGARAY, D. M. A.; BARROS, J. R. Entre Chapadas e Malhadas: transformações da paisagem e a expansão agrícola em Gilbués - Piauí. **Geographia**, v. 21, n. 45, p. jan./abr., 2019.

SILVA, J. B. L.; FERREIRA, W. L.; ALMEIDA, K. N. S.; CORREIO, K. B. S.; *et al.* Evolução temporal do desmatamento e expansão agrícola entre 1984 a 2010 na Sub-Bacia Do Rio Uruçuí-Preto, Piauí. **Revista engenharia na agricultura - REVENG**, v. 22, n. 3, p. 254–261, 2014. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/b6ae063eac3e3416ed9401f3ff40befc/1?pq-origsite=gscholar&cbl=426377>>.

SILVA, J. F. S. DA. **Câncer de próstata e exposição a agrotóxicos no Estado de Mato Grosso do Sul.** 2015. Tese (Doutorado em Saúde e Desenvolvimento), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 192 p.

SILVA, P. da. **Regularização ambiental e apropriação verde na estação ecológica Uruçui-Una.** 2020. 150f. dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVEIRA, M. L. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos.** Campinas: Edições Territorial, 2003. p.408-416.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, v. 6, n. 6, p. 21-28, 1999.

SIQUEIRA, S. L. DE; KRUSE, M. H. L. Agrotóxicos e saúde humana: contribuição dos profissionais do campo da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 42, n. 3, p. 584–590, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342008000300024&script=sci_arttext&tIng=pt>.

SOUZA, G. V. A. de. **A elaboração da viabilidade territorial para o agronegócio na região do Matopiba.** 2017. 193f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2017.

SÜSSEKIND, F.; AZEVEDO, E. M.. A controvérsia dos jegues: tabus alimentares e espécies companheiras no Nordeste. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 7, n. 2, p. 10-26, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/28298/20292>>.

TUPIASSU, L.; GROS-DESORMAUX, J.; DA CRUZ, G. A. C. Regularização fundiária e política ambiental: incongruências do cadastro ambiental rural no estado do Pará. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 189, 2017

VAN DER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da agricultura familiar**, p. 13–54, 2006.

VAN DER PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**, n. Especial, p. 17–32, 2009.

VINHA, J. F. de S. C.; PEREIRA, L. I. Estrangeirização de terras e Geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina - SP. **Campo Território**, edição especial, v. 11, n. 23, p. 257-284, 2016.

WALTER, B. M. T. **Fitofisionomias do bioma Cerrado**: síntese terminológica e relações florísticas. 2006. 373 f. Tese (Doutorado em Ecologia) Universidade de Brasília, Departamento de Ecologia. Instituto de Ciências Biológicas, Brasília, DF, 2006.